

Diário do Legislativo de 22/05/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1. 1 - 258ª Reunião Ordinária Deliberativa

1. 2 - 8ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

1. 3 - Reunião de Comissão

2 - MATÉRIA VOTADA

2. 1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3. 1 - Plenário

3. 2 - Comissões

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4. 1 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 258ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 20 DE MAIO DE 1997

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz,

Cleuber Carneiro e Francisco Ramalho

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.219 a 1.222/97 - Requerimentos nºs 2.152 a 2.154/97 - Requerimentos da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais (3) e dos Deputados Gilmar Machado, Raul Lima Neto, Dinis Pinheiro, Antônio Roberto, Carlos Pimenta (3), Ronaldo Vasconcellos, Álvaro Antônio (2), Kemil Kumaira, Paulo Schettino, Gil Pereira, Dimas Rodrigues (2), Paulo Piau (2), Francisco Ramalho, Olinto Godinho, Maria José Haueisen, Jorge Hannas e João Batista de Oliveira - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Roberto Amaral e Elbe Brandão - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase: Abertura de Inscrições** - Decisão da Presidência - **Despacho de Requerimentos:** Requerimento do Deputado Gilmar Machado; inclusão do Projeto de Lei nº 1.125/97 em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno - Requerimento do Deputado Raul Lima Neto; deferimento - **Votação de Requerimentos:** Requerimento do Deputado Marcos Helênio; renovação da votação; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; renovação da votação; aprovação - Questão de ordem - Requerimentos da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais (3) e dos Deputados Dinis Pinheiro, Antônio Roberto, Carlos Pimenta (3), Ronaldo Vasconcellos, Álvaro Antônio (2), Kemil Kumaira, Paulo Schettino, Gil Pereira, Dimas Rodrigues (2), Paulo Piau (2), Francisco Ramalho, Olinto Godinho, Maria José Haueisen, Jorge Hannas e João Batista de Oliveira; aprovação - **2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições:** Requerimento do Deputado Paulo Piau; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.105/97; discursos dos Deputados Raul Lima Neto e Alencar da Silveira Júnior; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.106/97; discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Votação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.107 e 1.108/97; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.111/97; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; votação do projeto,

salvo emendas; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação das Emendas nºs 2 e 3; rejeição - Questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para continuação dos trabalhos - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilton Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santana - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Haueisen - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmo Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitone - Wanderley Ávila - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.219/97

Altera a Lei nº 11.404, de 26 de janeiro de 1994, que contém as normas de execução penal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 79 da Lei nº 11.404, de 26 de janeiro de 1994:

"Art. 79-

§ 3º - As penitenciárias serão construídas, sempre que possível, nas sedes das regiões administrativas definidas pela Lei nº 11.962, de 30 de outubro de 1995."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1997.

Miguel Martini

Justificação: Procuramos, mediante a proposição que ora apresentamos, suprir lacuna existente na lei que dispõe sobre o sistema penitenciário do Estado. O art. 79 da Lei nº 11.404, de 26/1/94, que contém as normas de execução penal, estabelece que presídios e cadeias públicas serão construídos em sedes de comarcas, silenciando-se sobre a construção dos estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas em regime fechado, quais sejam, as penitenciárias.

Ao determinar que a construção de novas penitenciárias se dê, sempre que possível, nas cidades que sediam as regiões administrativas, o projeto, que não suprime o poder discricionário do Governador do Estado para atuar administrativamente, simplesmente estabelece parâmetros adequados e coerentes com a estrutura administrativa do Estado, contribuindo para ordenar o sistema prisional.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.220/97

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Simão Pereira, para instalação do Minimercado do Produtor Rural.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Simão Pereira imóvel com área total de 2.400m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), sendo 60m (sessenta metros) de frente e 40m (quarenta metros) de lado, desmembrada da Fazenda Miragem, confrontando com a Estrada União Indústria pela frente e, pelos lados, com propriedade do Estado, conforme consta no Registro de Transcrição nº 2.304, a fls. 44 do livro 3-a, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matias Barbosa.

Art. 2º - Destina-se o imóvel ao funcionamento do Minimercado do Produtor Rural.

Art. 3º - O imóvel reverterá ao Estado se, no prazo máximo de 3 (três) anos, o município não cumprir o disposto no artigo anterior.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 1997.

Sebastião Helvécio

Justificação: O imóvel ora pleiteado pela Prefeitura Municipal de Simão Pereira para funcionamento do Minimercado do Produtor Rural foi doado ao Estado de Minas Gerais em 19/12/58 e, até a presente data, encontra-se sem destinação.

O Minimercado do Produtor Rural é de significativa importância para a população local, que com sua instalação se beneficiará, adquirindo produtos cultivados na região a preços reduzidos.

Dessa forma, solicita o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.221/97

Declara de utilidade pública o Guarany Futebol Clube, com sede no Município de Mariana.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Guarany Futebol Clube, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 1997.

Ronaldo Vasconcellos

Justificação: Em funcionamento há mais de dois anos, o Guarany Futebol Clube tem diretoria composta por pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelo exercício dos cargos que ocupam. Posto isso, pleiteia sua declaração de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.222/97

Declara de utilidade pública a Federação Mineira de Voleibol, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Federação Mineira de Voleibol, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1997.

Ronaldo Vasconcellos

Justificação: Em funcionamento há mais de dois anos, a Federação Mineira de Voleibol tem diretoria composta por pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelo exercício dos cargos que ocupam. Posto isso, pleiteia sua declaração de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.152/97, do Deputado Dimas Rodrigues, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com o Sindicato Rural de Janaúba pela realização da XVI Exposição Agropecuária de Janaúba e da V Exposição Especializada do Nelore do Norte de Minas. (- À Comissão de Agropecuária.)

Nº 2.153/97, do Deputado Geraldo Rezende, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à pavimentação do trecho de 9 km que liga a Escola Agrotécnica Federal à Rodovia Municipal Neusa Rezende, no Município de Uberlândia. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.154/97, do Deputado Paulo Piau, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com o jornal "Hoje em Dia" por sua circulação em três cadernos, em português, inglês e espanhol, durante o III Encontro das Américas. (- À Comissão de Educação.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais (3) e dos Deputados Gilmar Machado, Raul Lima Neto, Dinis Pinheiro, Antônio Roberto, Carlos Pimenta (3), Ronaldo Vasconcellos, Álvaro Antônio (2), Kemil Kumaira, Paulo Schettino, Gil Pereira, Dimas Rodrigues (2), Paulo Piau (2), Francisco Ramalho, Olinto Godinho, Maria José Haueisen, Jorge Hannas e João Batista de Oliveira.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Roberto Amaral e Elbe Brandão proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente(Deputado Romeu Queiroz) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Decisão da Presidência

A Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 179 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 1.170/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, ao Projeto de Lei nº 1.137/97, do Deputado José Bonifácio, bem como do Projeto de Lei nº 1.192/97, do Deputado Dilzon Melo, ao Projeto de Lei nº 934/96, do Deputado Miguel Martini.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Gilmar Machado, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.125/97, de sua autoria, que regulamenta o processo de municipalização de escolas estaduais e dá outras providências. Inclua-se o projeto em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Requerimento do Deputado Raul Lima Neto, em que solicita a destinação da 1ª Parte da reunião ordinária do dia 5/6/97 à comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XXII do art. 244 do Regimento Interno.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Marcos Helênio, em que solicita seja o Projeto de Lei Complementar nº 22/97 distribuído também à Comissão de Administração Pública. A Presidência vai renovar a votação do requerimento. Em votação, o requerimento. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 265, c/c o art. 263, I, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprová-lo responderão "sim". Os que desejarem rejeitá-lo responderão "não". A Presidência esclarece que a matéria será aprovada se obtiver maioria simples.

- Procede-se à votação pelo processo eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 17 Deputados; votou "não" 1 Deputado; há 1 voto em branco; totalizando 19 votos. Não há, portanto, "quorum" para votação do requerimento. A Presidência torna sem efeito a votação.

Questões de Ordem

O Deputado Pércles Ferreira - Quero apenas solicitar a V. Exa. a recomposição de "quorum", porque me parece que vários Deputados estavam distraídos e não votaram. Vemos que há um número muito superior a esse que foi anunciado por V. Exa., Sr. Presidente.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, gostaria que fosse feita novamente, após a recomposição de "quorum", a leitura do requerimento, porque muitos podem não saber, exatamente, o que estamos votando.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai determinar ao Sr. Secretário que proceda à chamada para recomposição de "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

A Sra. Secretária (Deputada Maria Olívia) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 41 Deputados. A Presidência vai renovar a votação do requerimento do Deputado Marcos Helênio, que, na forma regimental, solicita seja o Projeto de Lei Complementar nº 22/97 distribuído também à Comissão de Administração Pública. Em votação, o requerimento.

- Procede-se à votação pelo processo eletrônico.

- Registram "sim" os seguintes Deputados:

Francisco Ramalho - Elmo Braz - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Penna - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo Nascimento - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Militão - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marcos Helênio - Maria José Haueisen - Miguel Barbosa - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Pércles Ferreira - Roberto Amaral - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Wilson Trópia.

- Registram "não" os seguintes Deputados:

Ambrósio Pinto - Raul Lima Neto.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados, 2 Deputados votaram "não", totalizando 41 Deputados. Está, portanto, aprovado o requerimento do Deputado Marcos Helênio.

Questão de Ordem

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, nós nos alegamos com essa votação de hoje, primeiro, porque, até que enfim, a Assembléia conseguiu votar qualquer coisa nesses últimos tempos; segundo, porque o painel começa a funcionar. Queríamos pedir e defender, aqui, que esse painel seja usado não apenas para registrar presença ou um ou outro voto, mas também seja usado para todas as votações que fizermos, inclusive as votações secretas, que podem ser feitas também, dependendo da tecnologia que for usada, e, ainda, Sr. Presidente, para votação simbólica. Proponho isso para evitar qualquer dificuldade, qualquer problema que possa acontecer, com a finalidade de evitar constrangimentos, manipulação, resultados diferenciados. Nós ficaríamos muito satisfeitos se esse painel fosse usado. É isso que a democracia pede, é isso que é correto: que ele seja usado, plenamente, de agora em diante. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência informa à ilustre Deputada que já encaminhou proposta de emenda ao Regimento Interno, que será examinada pelo Plenário da Casa, propondo modificações e ampliando as votações no painel eletrônico, de forma tal que as votações secretas também sejam feitas por meio do painel, ficando, por enquanto, as votações simbólicas, por uma questão apenas de agilidade e rapidez nas votações. Os outros casos podem ser resolvidos numa segunda etapa. Registrem-se as palavras da Deputada Maria José Hauelsen.

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, requerimentos da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais (3) - envio de pedido de informações aos escritórios da Organização Internacional do Trabalho - OIT - e do IBGE e à Delegacia Regional do Trabalho - DRT-MG - a respeito do trabalho infantil no Estado; encaminhamento de solicitação ao Ministro da Justiça ou ao Secretário Nacional de Direitos Humanos e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal a fim de que sejam tomadas providências para a punição dos assassinos do líder pataxó Galdino Jesus dos Santos; e encaminhamento de pedido de informações à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte sobre os projetos desta, em andamento, voltados para a questão do trabalho infantil; e dos Deputados Dinis Pinheiro - envio de ofício ao Presidente da TELEMIG a fim de que seja colocada antena-torre para telefonia celular em Ibirité; Antônio Roberto - realização de gestões junto ao Presidente da República a fim de que se instale fábrica da BMW em Itabira; Carlos Pimenta (3) - envio de solicitação ao Superintendente da SUDENE e à Presidente do Programa Comunidade Solidária para que se celebrem convênios com os municípios norte-mineiros que se encontram em estado de emergência ou calamidade pública; realização de gestões junto ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento, por meio da Secretaria de Políticas Agrícolas, para que o Norte de Minas se beneficie da medida que permitiu aos Estados do Nordeste adquirir a produção de milho, com seus subsídios, nos leilões realizados em Uberlândia; e envio de ofício ao Presidente da República, ao Ministro dos Transportes, ao Diretor-Geral do DNER, aos Senadores e aos Deputados Federais eleitos pelo Estado para que não se paralise as obras e o asfaltamento da BR-135, que liga Itacarambi a Manga e Montalvânia; Ronaldo Vasconcelos - envio de apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, aos Deputados Federais e aos Senadores eleitos pelo Estado para que se posicionem contrariamente à Proposta de Emenda à Constituição nº 449/97, que prorroga o prazo de existência do Fundo de Estabilização Fiscal até 31/12/99; Álvaro Antônio (2) - encaminhamento de pedido ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte e ao Superintendente da FIAT Automóveis a fim de que seja escolhida a área de mancha B do Distrito Industrial do Vale do Jatobá para a implantação da fábrica de veículos leves dessa empresa; Kemil Kumaira - encaminhamento de solicitação à Presidente do Programa Comunidade Solidária com vistas à inclusão do Município de Carlos Chagas entre os beneficiados por esse Programa; Paulo Schettino - envio de solicitação ao Presidente da TELEMIG para que se instale um telefone público rural no posto de saúde do Povoado de Mato Dentro, em Soledade de Minas; Gil Pereira - encaminhamento de ofício aos Presidentes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil a fim de que se retomem os programas de financiamento, por meio do FME, para pequenos produtores de algodão do Norte de Minas; Dimas Rodrigues (2) - encaminhamento de apelo ao Governo Federal e ao Ministro dos Transportes com vistas à duplicação da BR-135, que liga Sete Lagoas a Montes Claros; e encaminhamento de apelo ao Presidente do Banco do Brasil com vistas à criação de postos de atendimento nos Municípios de Pai Pedro, Gameleiras, Catuti, Padre Carvalho, Serranópolis de Minas, Nova Porteirinha, Verdelândia, Vargem Grande do Rio Pardo, Miravânia, Jenipapo de Minas e Josenópolis; Paulo Piau (2) - encaminhamento de apelo ao Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo a fim de que seja ampliada a cota de exportação de açúcar destinada aos produtores mineiros pelo Plano de Safra 1997-1998 (Ciente. Oficie-se.); e distribuição do Projeto de Lei nº 1.186/97 à Comissão de Agropecuária (Cumpra-se.); Francisco Ramalho - retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.031/96 (Cumpra-se. Arquive-se o projeto.); Olinto Godinho - audiência da Comissão de Defesa do Consumidor a respeito do Projeto de Lei nº 1.114/97; Maria José Hauelsen - apreciação do Projeto de Lei nº 1.053/96 em reunião conjunta de comissões; Jorge Hannas - regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 1.121/97; e João Batista de Oliveira - apreciação do Projeto de Lei nº 1.150/97 pela Comissão de Defesa do Consumidor (Cumpra-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Piau, em que, na forma regimental, solicita a inversão da pauta, de modo que os vetos sejam apreciados na seguinte ordem, após o veto à Proposição de Lei nº 13.284: vetos às Proposições de Lei nºs 13.289, 13.281, 13.276 e 13.261. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.105/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Formiga imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

- Os Deputados Raul Lima Neto e Alencar da Silveira Júnior proferem discursos para encaminhar a votação, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.105/97. À Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.106/97, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar imóvel ao Município de Serra do Salitre. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

- **O Deputado Alencar da Silveira Júnior** profere discurso para encaminhar a votação, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.106/97 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.107/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Cachoeira de Pajeú; e 1.108/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ipuiúna o imóvel que especifica (À Comissão de Redação.).

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.111/97, do Governador do Estado, que modifica a Lei nº 11.397, de 6/1/94, que cria o Fundo para a Infância e a Adolescência e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde e Ação Social opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Presidência informa ao Plenário que o projeto teve sua discussão encerrada em 13/5/97 e que, no decorrer da discussão, foram apresentadas à matéria as seguintes emendas:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.111/97

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - O art. 8º da Lei nº 11.397, de 7 de janeiro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 8º -

VIII - 1 (um) representante da Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator - SAREMI."

Sala das Reuniões, de abril de 1997.

Wilson Pires

Justificação: A Lei nº 11.397, de 7/1/94, que criou o Fundo para a Infância e a Adolescência - FIA -, estabelece, em seu art. 8º, a composição do Grupo Coordenador do Fundo.

Esta proposição tem como objetivo incluir nesse grupo um representante da Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator - SAREMI -, órgão integrante da Secretaria da Justiça. Em virtude de suas atribuições estarem voltadas para a faixa etária a que se destina o Fundo, julgamos de grande importância a aprovação desta emenda, para o que solicitamos o apoio de nossos ilustres pares.

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. - O art. 2º da Lei nº 11.397, de 7 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Serão beneficiários dos recursos do FIA as entidades e os órgãos públicos estaduais e municipais responsáveis pela execução de programas de atendimento à criança e ao adolescente.

Parágrafo único - Poderão ser beneficiárias dos recursos do FIA as entidades não governamentais legalmente constituídas, sem fins lucrativos, comprovadamente de utilidade pública, voltadas para o atendimento da criança e do adolescente e com área de atuação no Estado.".

Sala das Reuniões, de maio de 1997.

Wilson Pires

Justificação: A presente emenda pretende dar ênfase ao papel desempenhado pelas instituições públicas que trabalham com a criança e o adolescente.

Para mostrar a relevância de tais instituições, citaremos o exemplo da Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator - SAREMI -, órgão da Secretaria da Justiça que atua basicamente na execução das medidas socioeducativas determinadas pelos Juízes responsáveis pelas varas que atendem crianças e adolescentes.

O Sr. Presidente - Nos termos do art. 223 do Regimento Interno, a Presidência designa como relator da matéria o Deputado Roberto Amaral e indaga-lhe se se encontra em condições de emitir seu parecer.

O Deputado Roberto Amaral - Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Roberto Amaral para proceder à leitura de seu parecer.

O Deputado Roberto Amaral - (- Lê:)

"PARECER SOBRE AS EMENDAS NºS 2 E 3 AO PROJETO DE LEI Nº 1.111/97

Relatório

No decorrer de sua discussão em Plenário, no 1º turno, o projeto de lei em epígrafe recebeu as Emendas nºs 2 e 3, do Deputado Wilson Pires. Nos termos regimentais, cabe-nos emitir parecer sobre a matéria.

Sobre a Emenda nº 2, que visa à inclusão de um representante da Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator - SAREMI -, da Secretaria de Estado da Justiça, no Grupo Coordenador do Fundo para a Infância e a Adolescência - FIA -, faremos algumas observações.

Como se sabe, esse órgão é responsável pela aplicação das medidas educativas que os Juízes do Estado determinam para os menores que cometem infrações. Ocorre que o Grupo Coordenador do FIA já possui um número adequado de integrantes, e ampliá-lo poderia implicar em perda na qualidade de seu trabalho. Verificamos, ainda, que a Secretaria de Estado da Justiça já se encontra representada no Conselho da Criança e do Adolescente, que tem papel importantíssimo na destinação dos recursos do referido Fundo.

A Emenda nº 3, que pretende modificar o art. 2º da Lei nº 11.397, de 7/1/94, reflete a nítida e justa preocupação do autor em estabelecer prioridade para as ações desenvolvidas pelo poder público em prol da infância e da adolescência. Entretanto, entendemos que não é conveniente a sua aprovação, já que existe um conselho para destinação dos recursos a que se refere.

Conclusão

Em virtude do exposto, somos pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 1.111/97."

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, as Emendas nºs 2 e 3, que receberam parecer pela rejeição. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.111/97 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Questões de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, estaremos entrando na votação, e um item que nos interessa é o que se refere ao veto à Proposição de Lei nº 13.284, o qual exige "quorum" qualificado para ser colocado em votação. V. Exa. pode verificar, de plano, que não há "quorum" para a continuação dos trabalhos. Solicito o encerramento, de plano, da presente reunião.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicito a recomposição do "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita à Sra. Secretária que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do "quorum".

A Sra. Secretária - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 18 Deputados. Não há, portanto, "quorum" para continuação dos trabalhos.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 21, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia treze de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Romeu Queiroz, Dilzon Melo, Francisco Ramalho, Elmo Braz e Maria Olívia, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Roberto Amaral, Sebastião Helvécio e Antônio Roberto, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e o Deputado Ermano Batista, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Romeu Queiroz, declara abertos os trabalhos, após o que é a ata da reunião anterior lida e aprovada. Isso posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar processos de prestação de contas da aplicação de recursos liberados por esta Casa a título de subvenção social, auxílios para despesas de capital e transferências a municípios, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, da Deliberação da Mesa nº 1.428 e das demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Ermano Batista, Corregedor, Dilzon Melo, relator da Mesa, e Roberto Amaral, relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que, verificando as prestações de contas, cada um por sua vez, emitem pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Ação Social Nossa Senhora Patrocínio, Associação Amigos Hospital Mário Penna, Associação Beneficente. Cristã Cultura Esporte Assistência Social, Associação Beneficente Filantrópica Amigos Esporte, Associação Comunitária Bairro Boa Vista Adjacências, Associação Comunitária. Bairro JK - Guarda-Mor, Associação Comunitária Bairro Landi, Associação Comunitária Bairro Santa Rosa Adjacências, Associação Comunitária Brumal, Associação Comunitária Distrito Guaraciama, Associação Comunitária Moradores Bairro Cidade Nova, Associação Comunitária Povoado Rochedo Novo, Associação Comunitária Vila Risonha São Romão, Associação Desenvolvimento Rural Cardoso, Associação Moradores Amigos Bairro Icaivera, Associação Moradores Bairro Indústrias, Associação Moradores Bairro Jardim Profeta, Associação Moradores Bairro Novo Horizonte - Paracatu, Associação Moradores Produtores Ribeirão Santos, Associação Mulheres Bairro Custódio Pereira, Associação Padres Trabalho - Conselheiro Lafaiete, Associação Pais Amigos Excepcionais - Santa Rita Sapucaí, Associação Pró-Melhoramentos Bairro Colônia Marçal, Associação Servidores Cristãos - ACRISPU; Augusta Livre Independente Respeitável. Loja Maçônica Veritas Vincit, Betânia Esporte Clube, Caixa Escolar Professor Zama Maciel, Centro Apoio Teresina Carini Rocchi, Centro Assistencial Descobertense, Centro Documentação Eloy Ferreira Silva, Centro Espírita Lázaro, Comunidade Reviver, Conferência São Vicente Paulo - Serra Salitre, Conselho Desenvolvimento Comunitário Barra Salitre, Conselho Desenvolvimento. Comunitário Japão, Conselho Desenvolvimento Comunitário São José Pedra, Conselho Desenvolvimento Melo Viana, Conselho Municipal Mulher Santo Antônio Jacinto, Creche Comunitária Nossa Sra. Natividade, Creche Orfanato Presidente Tancredo Almeida Neves, Desafio Jovem Hebrum, Dispensário Abrigo Santa Bárbara, Escola Técnica Comércio Tiradentes, Fundação Amae Educação Cultura, Fundação Assistência Desamparados Menino Jesus, Fundação Assistencial Educacional Dores Indaí, Fundação Espírita Carita, Grêmio Recreativo Unidos São Miguel Jequitinhonha, Movimento Assistência Social - Vespassiano, Núcleo Espírita Luz Esperança, Obra Unida Santa Luiza Marilac SSVP, Prefeitura Municipal de Dionísio, Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Grama, Prefeitura Municipal de São Gotardo, Programa Assist. Gestante Menor Tocantins, Prudentina Futebol Clube, Santa Casa Misericórdia Caridade Campestre, Sociedade Filantrópica Presidente Juscelino Kubitschek, Sociedade São Vicente Paulo Conselho Particular N.Sra.Carmo, Uberaba Sport Club. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 20 de maio de 1997.

Cleuber Carneiro, Presidente - Dilzon Melo - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Péricles Ferreira - José Braga - Durval Ângelo - Roberto Amaral - Ermano Batista.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR DIVERSAS DENÚNCIAS QUE ENVOLVEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL

Às quatorze horas do dia sete de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo, Ivair Nogueira, João Batista de Oliveira, Arnaldo Penna e Antônio Genaro (substituindo este ao Deputado Dimas Rodrigues, por indicação da Liderança do PPB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, a Presidência comunica o recebimento do "Manifesto dos Educadores da CIA - Sete Lagoas" - Centro de Integração dos Adolescentes -, denunciando situações de desmando, autoritarismo, descumprimento do Estatuto do Menor e maus-tratos para com o menor infrator naquela unidade. Em seguida, o Deputado Durval Ângelo apresenta dois requerimentos: o primeiro solicitando seja convocado a depor na Comissão o Diretor do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, Sr. Ronaldo Jaques Camargos Cunha, bem como os peritos que elaboraram o primeiro laudo; e o segundo pedindo a inclusão do Centro de Integração do Adolescente - CIA -, em Sete Lagoas, entre os locais a serem visitados pela Comissão, uma visita à cadeia pública local. Ambos os requerimentos são encaminhados ao relator dos trabalhos da Comissão, Deputado Ivair Nogueira. Prosseguindo, os Deputados Ivair Nogueira e João Batista de Oliveira e o Presidente fazem uso da palavra para anifistarem-se contrários às declarações que o Delegado Raul Moreira deu à imprensa, criticando os trabalhos da CPI. O Sr. Fábio Alves dos Santos encaminha à Comissão um abaixo-assinado contendo 4.800 assinaturas de apoio à CPI. Na oportunidade, o Deputado Antônio Genaro faz uso da palavra e esclarece que o apoio aos trabalhos da CPI também representa a vontade de todas as Igrejas. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o advogado Dimas Henrique Soares e os Srs. Eduardo Campos Tavares, Chefe do Departamento de Assuntos Prisionais da Secretaria da Segurança Pública, e Carlos Victor Muzzi, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG. Com a palavra, o advogado Dimas Henrique Soares presta esclarecimentos a respeito de acusações de extorsão que teriam sido feitas a sua pessoa por presos e seus familiares. Os membros da Comissão participam de debate com o advogado, e o Deputado Durval Ângelo procede à leitura de acusações feitas por familiares presentes na galeria. Encerrados os debates, é dada a palavra ao Sr. Dimas Henrique Soares para que faça suas considerações finais. Em seguida, o Presidente agradece a participação e a colaboração do Sr. Dimas Henrique Soares e suspende a reunião por alguns minutos para que a Comissão possa se despedir do convidado. Reabertos os trabalhos, a Presidência convida o Sr. Eduardo Ângelo Campos Tavares a tomar assento à mesa e passa-lhe a palavra para que faça sua exposição. Encerrada a explanação, é realizado debate entre o convidado e os Deputados presentes, conforme consta em notas taquigráficas. Encerrados os debates, é dada a palavra ao convidado para que faça suas considerações finais. Cumprida a finalidade da reunião e em vista da ausência do Sr. Carlos Victor Muzzi, o Presidente agradece a presença do Sr. Eduardo Ângelo Campos Tavares e dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1997.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Ivair Nogueira - José Henrique - Dimas Rodrigues - João Batista de Oliveira.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 182ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 21/5/97

Em turno único, foram rejeitados os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.261, 13.276 e 13.281; e foi mantido o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.284.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 260ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 22/5/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Relatório final da Comissão Especial para conhecer a real situação financeira do IPSEMG, incluindo os não-repasses pelo Tesouro, assim como a situação da prestação de serviços na Capital e no interior. O relatório conclui, entre outras medidas, pela reestruturação do IPSEMG, pela mudança da forma de gerenciamento do Instituto e pelo envio do relatório ao Governador do Estado, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Presidente do IPSEMG.

Requerimento nº 1.942/96, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente informações sobre os projetos da Barragem de São Gregório, que beneficiará a população do Norte de Minas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.949/96, da Comissão de Saúde e Ação Social, solicitando aos Secretários de Assuntos Municipais e do Trabalho o envio a essa Comissão da relação dos convênios firmados com Prefeituras e entidades de utilidade pública, objetivando a concessão de subvenção destinada à área de saúde. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.289, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/97, do Deputado Dinis Pinheiro, que acrescenta parágrafo ao art. 41 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95, do Deputado Leonídio Bouças, que dá nova redação ao inciso III do art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7/95, do Deputado Pérciles Ferreira, que dá nova redação ao § 6º do art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que suprime do art. 53 da Constituição do Estado o § 7º e seus respectivos incisos. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 514/95, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1, 3 e 4, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta, e com a Emenda nº 5, que apresenta. A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1, 3 e 4, da Comissão de Justiça; 5, da Comissão de Saúde e Ação Social, e 6 a 9, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, e da Subemenda nº 1, a ela apresentada. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 3 e 4, da Comissão de Justiça; 5, da Comissão de Saúde e Ação Social, e 6 a 9, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, e da Subemenda nº 1, a ela apresentada.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 658/96, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Pedro Teixeira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/96, do Deputado Durval Ângelo, que cria a Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.142/97, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito para os fins que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 838/96, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre leilão de veículos usados. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela

aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.124/97, da Comissão de Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.077/96, da Mesa da Assembléia, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 29, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 297/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que cria o Programa de Incentivo à Produção do Novilho Precoce e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 571/95, do Deputado Arnaldo Penna, que dispõe sobre o pagamento, pelo Estado, de honorários a advogado que não seja Defensor Público nomeado para defender réu pobre. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nº 1 a 6, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 576/95, do Deputado Hely Tarquínio, que institui medidas para garantir o tratamento, a reabilitação e a reinserção social da pessoa portadora de transtorno mental e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde e Ação Social, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 536/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de faróis durante o dia para os veículos automotores que transitarem em rodovias estaduais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 774/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que disciplina a administração de medicamento a aluno nas escolas públicas estaduais e dá outras providências. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 865/96, da Comissão de Agropecuária, que dispõe sobre a ocupação, o uso, o manejo e a conservação do solo agrícola e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 50ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 9 horas do dia 22/5/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 40ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 22/5/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar proposições em fase de redação final.

Ordem do dia da 70ª reunião ordinária da comissão de Saúde e Ação Social, a realizar-se às 9h30min do dia 22/5/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 36ª reunião ordinária da comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária, a realizar-se às 10 horas do dia 22/5/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 627/95, do Deputado Raul Lima Neto.

Convidados: Srs. Gláucio Gontijo de Amorim, João Luiz de Amuedo Avelar e Murillo Bechara, que irão prestar esclarecimentos sobre a questão dos precatórios judiciais em Minas Gerais.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Defesa Social, a realizar-se às 10h30min do dia 22/5/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.099/97, da Deputada Maria Olívia.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 38/97

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Elbe Brandão, Ajalmar Silva, José Militão, Leonídio Bouças, Jorge Hannas, Sebastião Helvécio, Gil Pereira, Antônio Júlio, Geraldo da Costa Pereira, Gilmar Machado, Maria José Haueisen, Ermano Batista e Irani Barbosa, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 22/5/97, às 15h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1997.

Ibrahim Jacob, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.129/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

De autoria do Deputado Wanderley Ávila, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Veritas Vincit, com sede no Município de Divinópolis.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação.

Vem, agora, a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Fundamentação

A finalidade da instituição em apreço é exclusivamente humanitária e educativa. Assim, proporciona assistência alimentícia e psicológica aos carentes, bem como instrução e cultura. Com tais iniciativas, incentiva a prática do bem e inculca em seus protegidos respeito ao próximo e boa conduta.

Em vista do trabalho de difusão dos bons costumes na comunidade, a entidade faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.129/97 no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 21 de maio de 1997.

Gilmar Machado, relator.

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

Projeto de Lei nº 1.140/97, de autoria do Deputado Ibrahim Jacob, visa a declarar de utilidade pública a Associação Professor Oswaldo Gribel de Assistência ao Menor - APOGAM -, com sede no Município de Mercês.

Publicada em 11/4/97, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem, agora, a esta Comissão para deliberação conclusiva, em cumprimento às disposições regimentais.

Fundamentação

A entidade a ser beneficiada exerce atividades de caráter filantrópico, tendo em vista prestar auxílio e proteção aos menores carentes da região, objetivo de inquestionável valor. Também apóia movimentos que visem a promover assistência aos menos favorecidos, buscando propiciar o desenvolvimento social da comunidade.

Para que possa prosseguir com seu trabalho, julgamos oportuno e conveniente seja ela declarada de utilidade pública.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.140/97 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1997.

Carlos Pimenta, relator.

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.146/97

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.146/97:

"Art. 1º - Fica instituída a Medalha de Honra ao Mérito de Defesa dos Direitos Humanos Helena Greco, destinada a distinguir, anualmente, com o apoio da iniciativa privada, pessoas físicas e jurídicas cujos trabalhos ou ações merecerem especial destaque nas áreas de promoção e defesa dos direitos humanos."

Sala das Comissões, 21 de maio de 1997.

Durval Ângelo

Justificação: Desnecessário alongarmos na justificativa pela instituição de Medalha de Honra ao Mérito com o nome de D. Helena Greco.

Todos conhecem o trabalho de D. Helena na luta em defesa dos direitos humanos, contra a violação das mais básicas normas de respeito ao cidadão e ao ser humano.

Nada mais justo do que contemplar a obra maravilhosa que ela desenvolveu ao longo de toda uma vida, dando à Medalha de Direitos Humanos o seu nome, o que só virá abrilhantar a distinção proposta.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

256ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 14/5/97

O Deputado Álvaro Antônio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras, imprensa, desde minha posse como Deputado Estadual, em 1991, tenho ocupado esta tribuna para alertar os nobres colegas Deputados e o Poder Executivo para a gravidade do problema da ausência de adequado e específico órgão de planejamento e gestão dos transportes em nosso Estado.

Desde a desativação da Secretaria dos Transportes, em 1988, a gestão dos transportes em Minas Gerais funciona de forma semelhante a um polvo sem cérebro. Seja pela inexistência de planos, programas e projetos ou pela completa desarticulação dos vários órgãos gestores, nos três níveis de Governo.

O certo é que nosso Estado está a perder inúmeras oportunidades de investimentos no setor dos transportes. Vejam-se, por exemplo, os seguintes fatos.

1 - O metrô de superfície de Belo Horizonte teve suas obras iniciadas em 1982 e ainda não está concluído: não tem o ramal até a região do Barreiro e não chega a Venda Nova. Enfim, é um projeto inacabado, que tem trazido muitos transtornos para nossa Capital.

2 - O metrô de Brasília foi iniciado em 1984 e está em fase muito mais adiantada que o nosso.

3 - O programa hidroviário mineiro teve seu ponto de partida no Plano Diretor Hidroviário do Estado de Minas Gerais, de 1983, e ainda não saiu do papel.

4 - O programa hidroviário de São Paulo, iniciado à mesma época do plano mineiro, já teve como resultado a hidrovía Paraná-Tietê, com mais de 1.000km em plena operação, devendo atingir a casa dos 2.000km antes do ano 2000 e constituindo-se em importantíssimo vetor de transporte para a integração do Sul e do Sudeste ao MERCOSUL.

Recentemente, recebi importante publicação intitulada "O Transporte no Brasil em Ação", enviada pela Confederação Nacional dos Transportes - CNT -, presidida pelo mineiro Dr. Clésio Andrade, a qual contém importantes tópicos relacionados com o setor de transportes no Brasil. Nessa publicação, consta pronunciamento do Ministro do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir, em que expõe as metas indicadas pelo Presidente da República, no seu programa "Brasil em Ação". O referido programa revela com toda a clareza as preocupações que o Governo tem com a área dos transportes e seu papel na redução do assim chamado "custo Brasil".

O PPA (Programa Plurianual) contempla o País com importantes obras estruturais, tais como a BR-174, que - ligará a região amazônica à Venezuela e ao oceano Pacífico, e a hidrovía do rio Madeira, que, junto com as BRs 364 e 163, se destina a escoar a produção da Região Norte a partir do terminal portuário da cidade de Porto Velho.

Para Minas Gerais, o plano "Brasil em Ação" prevê a implementação da hidrovía do rio São Francisco, ligando-a à Ferrovia Transnordestina, projetada para desafogar a Rodovia 262, em direção ao Porto de Suape, em Pernambuco. Temos ainda, em Minas, outro importante projeto, que é o da ligação ferroviária Unai-Pirapora.

Vemos que uma grande revolução irá modificar paulatinamente a nossa matriz de transportes, a partir da ênfase dada pelo plano "Brasil em Ação" às hidrovias, pois, nesse plano elaborado pelo Governo Federal, além da hidrovía do rio Madeira, estão previstas as do rio São Francisco, a Tocantins-Araguaia e a Tietê-Paraná.

Como vêem, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, no cenário que está se desenhando para o setor dos transportes, Minas Gerais está sendo inserida de forma passiva, muito mais por força de sua natural importância geográfica. Minas detém a 2ª maior bacia hidroviária do Brasil e uma das maiores do mundo. Nossos rios potencialmente navegáveis são o São Francisco, o Grande, o Doce, o das Velhas, o Paraíba do Sul, o Paranaíba, o Paracatu, o Paraopeba e o Jequitinhonha. Juntos, perfazem mais de 5.000km de vias navegáveis; nossa rede rodoviária é a maior do País, os potenciais ferroviário e aeroviário são enormes.

A posição geográfica predestina Minas Gerais a desempenhar importantíssimo papel estratégico no setor dos transportes. Mas corremos o risco de, mais uma vez, perdermos as oportunidades que se abrem para o Estado pela falta de um interlocutor especializado em transportes em nosso Estado.

É mais que urgente criarmos novamente a Secretaria dos Transportes e seu sistema operacional, pois, sem programas e projetos estaduais, não há como nos inserirmos nos programas do Governo Federal.

Também já chamei a atenção dos Srs. Deputados para o fato de que, embora o nosso Estado tenha, essencialmente, vocação para o transporte rodoviário, devemos dar importância aos transportes aeroviário e ferroviário, devido às nossas dimensões territoriais.

Mais uma vez, chamamos a atenção para a necessidade da estruturação de um órgão central, capaz de executar planos, programas e projetos, para que o Governo Federal não mais encaminhe ao nosso Estado somente projetos enlatados, sem a discussão nem o conhecimento do povo mineiro, os quais, sem dúvida alguma, sairão do papel com deficiências, como saiu o projeto do metrô de superfície da nossa Capital. Um exemplo disso é o trajeto entre a Estação do Calafate e a do Bairro Eldorado, sem estação de embarque no Bairro Cabana do Pai Tomás, um dos mais povoados da Capital. Foi um erro dos planejadores e técnicos, até hoje não reparado.

É para isto que chamamos a atenção dos Srs. Deputados: a necessidade de termos uma secretaria dos transportes. A criação dessa secretaria deve recolocar Minas na discussão do transporte nacional, na discussão da implantação do transporte de massa. Cito como exemplo, aqui na nossa Capital, a implantação do metrô, que se arrasta por mais de 15 anos, sem nenhuma solução em curto ou médio prazo, - talvez em longo prazo, assim mesmo se contarmos com a boa-vontade do Governo Federal -, exatamente por não termos um interlocutor para o transporte em nosso Estado. Isso nos traz problemas sérios, porque não há o planejamento do transporte em Minas Gerais; não há programas para o setor; não há, assim, ninguém cuidando desse assunto.

Quando ocupamos esta tribuna levantando a necessidade da criação de uma secretaria dos transportes, não estamos desconsiderando a Secretaria de Transportes e Obras Públicas. Não há nada que ver com sua administração atual. Simplesmente, dois elementos essenciais para a nossa comunidade e para o nosso Estado, como o transporte e as obras, não podem ficar a cargo de uma mesma secretaria, tendo em vista a sua importância. Se cada um ficar sob a responsabilidade de uma secretaria, ainda assim fica difícil gerenciá-los.

Portanto, quero contar com a colaboração dos Srs. Deputados, que podem perfeitamente solicitar ao Sr. Governador do Estado a criação da Secretaria dos Transportes. Inclusive, a Assembléia Legislativa já dá o primeiro passo, estabelecendo, por meio das modificações no Regimento Interno, a possibilidade da criação de uma comissão permanente dos transportes nesta Casa. É incrível que esta Casa Legislativa seja uma das poucas no País que não possuem a sua comissão permanente dos transportes. Parece incrível o que estamos falando. Não sabemos, por que, mas há uma apatia generalizada para com os transportes em nosso Estado.

Assim, mais uma vez volto a esta tribuna para solicitar o empenho dos demais companheiros, em dotarmos o nosso Estado de uma secretaria encarregada dos transportes e criarmos aqui uma comissão permanente dos transportes, a fim que de Minas Gerais não continue de fora de um macroprograma para o nosso País e para todos os Estados; enfim, para que possamos fazer de Minas Gerais um exemplo de como cuidar do transporte. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presentes, não poderíamos deixar passar em branco, sem repercutir aqui na Assembléia, mais um escândalo que envolve políticos e que cada vez mais prejudica a imagem dos representantes que tiveram a outorga da população para representá-los no Congresso Nacional, nas Assembléias e nas Câmaras. (- Lê:)

"Infelizmente assistimos, outra vez, a mais uma vergonhosa rede de corrupção, promovida por detentores de mandato público da base de sustentação do Governo de Fernando Henrique.

Não bastasse a mancha deixada em nossa história recente por Collor e seus cúmplices, o escândalo dos anões do orçamento e dos precatórios e tantas outras nódoas, estamos presenciando a demonstração cabal de que muitos parlamentares se vendem por qualquer preço para se manter sob os pés do Governo Federal.

Os votos obtidos por Fernando Henrique na Câmara, garantindo sua reeleição, foram contados a dedo. Cada um dos 336 Deputados Federais que disseram sim ao projeto, de alguma forma, estavam comprometidos com troca de favores, fisiologismos, projetos pessoais e corrupção. Segundo a "Folha de S. Paulo" de ontem, uma enquête realizada pelo jornal no início do mês de janeiro registrou apenas 228 Deputados favoráveis à emenda da reeleição no 1º turno da votação na Câmara. Tudo indicava que o Governo teria sérias dificuldades para fazer aprovar sua tese com esse reduzido apoio. Como num passe de mágica, no dia da votação, 28 de janeiro passado, esse número subiu para 336, e no segundo turno, espantosamente, foi para 368.

A denúncia da compra de votos levada a cabo pela "Folha de S. Paulo" presta um favor ao País e desmascara de vez a política do Governo de Fernando Henrique: da mesma forma que se submete aos ditames dos banqueiros internacionais, que determinam qual deve ser o rumo do Brasil, numa política de liberalismo econômico sem precedentes, de desmonte do Estado, FHC, juntamente com sua equipe, mantém a bancada de sustentação política sob o mais vil servilismo. Dizer que o Palácio do Planalto não sabia desse esquema é, no mínimo, querer fazer o povo brasileiro de bobo. Dias antes da votação da emenda da reeleição, esses mesmos Deputados e Governadores envolvidos no escândalo foram recebidos no Palácio por FHC e seus Ministros, segundo apuração da imprensa, para uma "conversa sobre obras" no Estado do Acre.

Nem corruptos nem corruptores vão assumir o pagamento da propina. Evidentemente, negarão o crime cometido contra todos os brasileiros, até que uma investigação em suas contas bancárias seja deflagrada por uma CPI. O Governo de Fernando Henrique se afunda num emaranhado de trambiques, e o mínimo que o povo deve exigir é a imediata anulação da sessão que aprovou a emenda da reeleição, a investigação rigorosa dos fatos e, se comprovadas as denúncias de corrupção, a cassação e a abertura de processo criminal contra os Deputados comprados e a demissão dos Ministros e de todos os membros do Executivo Federal envolvidos no escândalo. Esse episódio odioso não pode ficar restrito apenas aos Deputados do Acre, que são a ponta do "iceberg" da corrupção.

Há pouco tempo fomos às ruas para pedir o "impeachment" de Collor. Ainda sentimos em nossos corações o fervor daqueles dias. Os ocupantes do Legislativo e do Executivo de nosso País precisam entender que os cargos que ocupam é por delegação popular, para cuidar com zelo e honra da coisa pública. Não pode servir para projetos pessoais e uso de recurso público para enriquecimento.

Lamentamos profundamente mais essa vergonha nacional e exigimos rigor na investigação e punição para todos os culpados".

Voltando para Minas Gerais, para esta Assembléia Legislativa, queremos dizer que entramos com o pedido de formação de uma comissão especial para apurar irregularidades no

sistema financeiro, mais especificamente no BDMG, no CREDIREAL e no BEMGE. Gostaríamos que o Presidente aprovasse esse pedido de plano, uma vez que ele não precisa ser submetido a Plenário. Estamos aguardando que o Líder do Governo também seja sensível a essa investigação. Não estamos propondo uma comissão parlamentar de inquérito. Queremos uma comissão especial. Remeter à Comissão de Administração ou à de Fiscalização Financeira seria reduzir um problema que já tomou uma grandeza maior. A imprensa tem publicado que o Estado gastaria em torno de R\$1.100.000.000,00 no CREDIREAL, para depois privatizá-lo por R\$100.000.000,00.

Portanto, gostaríamos que o Presidente da Casa, juntamente com o Líder do Governo, deixasse que essa comissão especial apurasse as responsabilidades com relação à privatização do CREDIREAL, aos empréstimos feitos pelo Estado, à transformação do BDMG em Banco de fomento e de desenvolvimento e ao BEMGE - que futuramente também será privatizado. Queremos investigar como estaria, hoje, a situação dos devedores do BEMGE, a continuação das demissões e o fechamento de algumas de suas agências.

Estamos aguardando a aprovação para a formação de uma comissão especial. Entendemos que é responsabilidade da Casa acompanhar, para que não haja novos escândalos, para que não sejamos acusados de omissos, para que não digam que estamos gastando R\$1.100.000.000,00 para privatizar um Banco que vai ser leiloado depois por R\$60.000.000,00 ou até R\$100.000.000,00. Entendemos que é preciso discutir qual a solução mais viável para o problema do CREDIREAL. Colocamos duas questões básicas que têm de ser respondidas: a primeira, se é para resolver a aposentadoria móvel, vitalícia daquele Banco, que está em R\$300.000.000,00, haveria outras alternativas, mas, se é para proteger Presidentes que assumiram administrações nefastas naquelas instituições, a situação é mais grave. Portanto, estamos aguardando a aprovação, para que esta Assembléia possa cumprir o seu papel. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta * - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, antes de entrar propriamente no assunto que me traz hoje à tribuna da Assembléia Legislativa, gostaria de apresentar, em nome do meu partido, o Partido Liberal, e em nome dos companheiros Deputados, os melhores votos de pleno êxito ao companheiro Simão Pedro Toledo, que, na próxima segunda-feira, estará assumindo o importante cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A sua vida pública, Simão, por si só indica o caminho do êxito. Temos a certeza absoluta de que Minas Gerais e o Tribunal de Contas muito ganharão com a presença de V. Exa. como Conselheiro, mercê do seu conhecimento jurídico, da sua vida como parlamentar nesta Casa e, principalmente, devido ao profundo conhecimento que V. Exa. teve ao longo da sua vida parlamentar. Não se esqueça de que, mesmo estando nesse órgão, que é da maior grandeza, da maior importância, V. Exa. conta e sempre continuará contando com a amizade dos seus companheiros Deputados, que acreditaram no seu trabalho e que votaram em V. Exa. sabendo que esta Casa estará muito bem representada a partir do dia 19. Felicidades a V. Exa.

Queria também, Srs. Deputados, chamar a atenção para o primeiro ato da nova diretoria da Vale do Rio Doce, que, na sua primeira reunião, acabou com o investimento de 8% que aquela empresa, historicamente, vinha empregando na área social. Nós mesmos já tivemos conhecimento da importância de se empregarem 8% do lucro líquido da Vale do Rio Doce, proporcional a cada Estado: algumas estradas foram asfaltadas, alguns programas sociais tiveram recursos garantidos, enfim, foi realizado um grande trabalho. É com muito pesar que recebemos essa notícia de que a diretoria da Vale do Rio Doce, como primeiro ato, resolveu acabar com essa aplicação de 8% na área social. Aliás, isso não é nenhuma novidade. Quando se fala em aplicação social, quando se fala em priorizar os programas que vão dar sustentação e seqüência à programação de investimento em benefício das classes menos favorecidas, sempre esse ato fica em segundo plano e nunca se torna prioritário. Esperamos que aqui em Minas Gerais não aconteça como aconteceu na Vale do Rio Doce. Quando a CEMIG estiver com as suas ações na Bolsa de Valores, esperamos que a diretoria que somar com a atual diretoria não acabe com aquela aplicação de 5% na área social, porque 5% significam ajuda às pequenas Prefeituras, significam investimentos nos setores mais carentes e pobres do Estado. O Governador Eduardo Azeredo nos garantiu, quando fomos ao Palácio discutir a possibilidade de se colocarem à venda essas ações da CEMIG, que esse recurso é sagrado, é intocável. Confiamos e temos todos os motivos para continuar confiando no Governador, porque é um homem que está empenhado em transformar o Estado de Minas Gerais e é uma das pessoas responsáveis pela preservação dos programas sociais aqui no nosso Estado.

Gostaríamos, Sr. Presidente, de levantar um problema que acho da maior gravidade e seriedade. Referimo-nos às taxas, aos juros e às multas que são cobradas por órgãos do Governo do Estado. Eu começaria chamando a atenção para o IPSEMG. Ao longo destes dois últimos meses, estivemos no IPSEMG acompanhando alguns Prefeitos, todos eles inadimplentes com aquele órgão do Estado. E, apesar da boa-vontade do Presidente do IPSEMG, Dr. José Maria Borges, em fazer um parcelamento mais amplo e proporcionar maior oportunidade para que os municípios possam saldar seus débitos com o IPSEMG, o município torna-se inadimplente e não consegue fazer convênios nem contratos com nenhum órgão estadual ou federal. O Dr. José Maria prorrogou esse prazo em até 44 meses, até o término dos mandatos dos atuais Prefeitos. Mas, ao se fazer levantamento do débito, todo esse débito, toda a dívida ativa é acrescida de juros de 10% e de multa de 1% ao mês. Isso tem onerado os cofres dos pequenos municípios, principalmente agora que vivemos numa economia estabilizada, com a caderneta de poupança rendendo 1,06%, e os Prefeitos sendo obrigados a pagar essa multa e esses juros. A dívida cresce assustadoramente. Fomos questionar o Presidente e S. Exa. nos mostrou toda a legislação. Acho que é dever histórico desta Casa reverter esse quadro. É preciso acompanhar de perto a economia estabilizada deste País e fazer com que o IPSEMG possa receber os seus recursos, mas dentro de um patamar de juros e multas equiparados ao que paga hoje a caderneta de poupança, com os juros que se cobram no mercado.

Fica aqui o nosso apelo. Acredito até mesmo que essa Comissão Parlamentar de Inquérito pode aprofundar-se nesse aspecto, para rever a dívida do Estado e a dos municípios com o IPSEMG. É esse o nosso apelo.

Queremos abordar, ainda, o problema da Secretaria da Fazenda, que tem aspecto muito mais grave: o Estado tem para receber dos seus contribuintes cerca de R\$4.000.000.000,00. É muito dinheiro. Isso significa quase a arrecadação do Estado em seis meses. Sabem quando o Estado vai receber esse dinheiro, por meio da CPMF, de multas e juros? Nunca, porque o contribuinte não tem como saldar esse débito com o Estado. As multas são estratosféricas e os juros fogem da capacidade de pagamento dos contribuintes. Isso tem gerado, incentivado e aumentado, principalmente, a economia informal. Estamos vendo, a cada dia, os camelôs invadindo as ruas de Belo Horizonte e dos pequenos e grandes centros deste Estado. Estamos vendo evasão de renda como nunca vimos em Minas Gerais. Sabemos que existe sonegação sem precedentes no nosso Estado. Vou citar um exemplo.

Um pequeno produtor rural de Monte Azul procurou-me esta semana. Ele vendeu, há três anos, 200 garrotes, 200 bezerros. Ele queria pagar a sua dívida com o Estado, mas foi até enganado na sua boa intenção, inclusive foi aconselhado por uma pessoa da Secretaria da Fazenda a dar baixa, como se o gado estivesse morrendo de raiva, ao longo desses três anos. Ele, com intenção de tentar saldar sua dívida, descobriu que o seu valor era em torno de R\$18.239,00, quando hoje, se ele pegar 200 garrotinhos e vendê-los no Norte de Minas ao preço que se pratica no mercado daquela região, ele arrecada pouco mais de R\$22.000,00. É um disparate muito grande. Eles não parcelam a dívida, mas têm que parcelar, porque recorreram até a última instância e o Estado ganhou. Quem julga são pessoas do Estado. Esse exemplo mostra claramente o que acontece em Minas Gerais.

É necessário que o Secretário João Heraldo, pessoa da maior capacidade e competência, faça análise urgente da legislação vigente no Estado de Minas Gerais. Não se admite mais falar que o Estado de Minas Gerais não participa mais de leilão fiscal. Com isso vemos os Estados vizinhos arrecadarem seus impostos, recolhendo o débito da dívida ativa, enquanto Minas Gerais fica no pedestal, dizendo que não participa de leilão fiscal. Temos de rever essa situação.

Não é beneficiar quem está sonegando impostos, porque ninguém está sonegando porque quer. Hoje o cidadão está sonegando impostos, porque não tem condições de pagar o imposto cobrado pelo Estado. Temos de arrecadar um débito de R\$4.000.000.000,00. Mas temos de rever essa situação, rever o tratamento dado ao contribuinte e prorrogar essa dívida, como fez o INSS ao proporcionar 240 meses de prazo para que o município contribuinte pudesse saldar sua dívida com a União.

Temos de seguir esse exemplo para que possamos arrecadar o que é devido ao Estado, para aplicar nas grandes obras que o Governador Eduardo Azeredo tem para fazer com sua boa intenção e capacidade em nosso Estado.

Fica aqui o nosso apelo ao IPSEMG, para que reveja a possibilidade de diminuir a multa de 10%, e à Secretaria da Fazenda, para que reveja a sua legislação. Somente assim poderemos arrecadar os R\$4.000.000.000,00 de débito que os contribuintes têm com o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Cleuber Carneiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para registro e por uma questão de justiça, estamos aqui, na tribuna desta Casa, para saudar a vinda do Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, amanhã ao nosso Estado, a nossa região do Norte de Minas e, especificamente, ao Projeto Jaíba, na área do Mocaminho, no extremo Norte do Estado. Por uma questão de justiça sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque o Projeto Jaíba representa a alavancagem da nossa região. No Norte de Minas, representa a redescoberta da nossa área, principalmente nos setores da agroindústria, da agricultura e da organização do assentamento dirigido e produtivo do trabalhador rural. Amanhã, S. Exa. o Presidente da República aciona as estações de bombeamento e reaquele do Distrito de Irrigação e assiste ao assentamento do milésimo colono do Jaíba em área produtiva, irrigada, assistida tecnicamente, área que certamente não trairá a esperança do trabalhador que vai produzir riquezas. O Projeto Jaíba, sonho de muitos, sintetiza a obstinação e a garra do Secretário da Agricultura, Alysson Paulinelli, por meio da RURALMINAS, do Governo Federal, por meio da CODEVASF, na busca da viabilização daquele que é o maior projeto irrigado, o maior projeto da agroindústria do País. Projeto discutido, combatido, projeto que já vai há anos e anos, há décadas, podemos dizer assim, desafiando

o tempo e os governos, mas que tem, no próprio entendimento internacional, o apoio financeiro para a sua implantação. A nossa palavra aqui, hoje e agora, é a palavra de entusiasmo da região e de testemunho de quem vive, sofre e moureja naquela região, de quem conhece, sabe e tem a consciência de que a implantação do Projeto Jaíba será a ressurreição e a redescoberta de novas alternativas, novos caminhos para a agricultura, a agroindústria, a pecuária e o assentamento dirigido e vitorioso que se faz na nossa região. Meus cumprimentos ao Governador Eduardo Azeredo, que amanhã, em nome de todos os mineiros, recepcionará, naquela região, S. Exa. o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Muito obrigado.

O Deputado Simão Pedro Toledo - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes da imprensa, meus senhores e minhas senhoras, assumo esta tribuna nesta tarde para as minhas despedidas. E o faço tomado, naturalmente, de grande emoção, porque verifico ainda que, neste momento, ao me despedir desta Casa, encerro a minha vida pública. Foram 27 anos de trabalho constante dedicado à minha cidade e ao meu Estado. Por isso, a emoção é muito grande, e eu me recorro, Sr. Presidente, da afirmativa do poeta, quando diz que "partir é, de certa forma, morrer um pouco". Agradeço a Deus o privilégio de ter aqui nesta Casa, durante quase dois mandatos, a convivência diuturna, constante, em regime integral, com os Srs. Deputados. Eu me vejo ligado fortemente a todos os nobres parlamentares, que durante todos esses anos me dedicaram um carinho muito grande, uma atenção especial, de que jamais me esquecerei.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu lanço o meu olhar retrospectivo ao passado, às minhas origens, à minha Pousa Alegre, lá no Sul de Minas, suave vinheta do meu pensamento. Sinto-me embalado dessas emoções, quando me recorro, ainda bastante jovem, elegei-me Vereador à Câmara Municipal e, depois, Presidente da Câmara. Logo depois, na década de 70, fui chamado a assumir a Prefeitura para um primeiro mandato, que se renovou na década seguinte. Durante todos esses anos, tive o feliz privilégio de emprestar a minha modestíssima colaboração à política da minha terra e do meu Estado. Calcado no trinômio educação-saúde-desenvolvimento, realizamos um acervo de obras em benefício de Pousa Alegre e do Sul de Minas.

Felizmente, estou vinculado ao início do processo de industrialização da minha cidade, à época do Governo Rondon Pacheco, que grande obra realizara nesse setor. Tivemos o ensejo de levar para a minha cidade as primeiras grandes indústrias, que levaram o desenvolvimento àquela região, seja pela geração de empregos, seja ainda por aumentar fortemente a receita municipal.

Em seguida, ainda na política sul-mineira, exerci, em duas oportunidades, o cargo de Presidente da Associação dos Municípios do Médio Sapucaí - AMESP -, no qual, ao lado dos companheiros Prefeitos, tive oportunidade de emprestar minha modesta colaboração.

Depois, em 1990, lançamos o nosso nome como candidato a Deputado Estadual e, louvado seja Deus, fomos bem sucedidos. E quando, em meu primeiro pronunciamento nesta Casa, eu ocupava esta tribuna, tive a honra de saudá-la como a suprema instância da política mineira.

Mas, Srs. Deputados, quero lhes dizer que, tendo vindo para cá, em janeiro de 1991, tive a satisfação de constatar que esta Assembléia estava sintonizada com a realidade nacional, estava atenta às exigências do momento histórico, porque vínhamos de uma Assembléia Nacional Constituinte em que os vários segmentos da nossa Pátria tiveram uma participação importante na elaboração da Carta Magna. Os jovens haviam ido à praça pública para reivindicar eleições diretas, e o povo ansiava, cada vez mais, por uma participação nas soluções dos problemas nacionais. E aqui, nesta Casa, pudemos sentir exatamente essa preocupação em atender aos reclamos da sociedade, e fomos assistindo, uma a uma, a implantações de medidas que a Mesa de então tomava, para que efetivamente se estabelecesse um liame entre o parlamento e a sociedade mineira. E, à época, era Presidente o nobre Deputado Romeu Queiroz, o mais jovem Presidente depois do retorno à democracia. E pudemos constatar que a Mesa de então erigiu como princípio dos seus trabalhos a abertura de suas portas à sociedade. Vieram, então, inúmeras medidas que, efetivamente, revelaram a sensibilidade do parlamento mineiro.

O Projeto Assembléia On Line foi uma primeira abertura importante, que interligou o parlamento mineiro às macrorregiões do nosso Estado, colocou seu banco de dados à disposição das Câmaras Municipais e das associações, facilitou o acesso à legislação do Estado àqueles que necessitavam dela, tornando possível, ainda, o acompanhamento dos projetos de lei.

A seguir, outra medida importantíssima foi a implantação das audiências públicas. Foi uma medida realmente salutar, que permitiu que Minas saísse à frente para o cumprimento da meta de aproximação com as regiões mais distantes do nosso Estado. Este é o efetivo exercício da cidadania: levar a Assembléia ao povo, à população, para auscultar suas necessidades, a fim de que possa, efetivamente, colaborar no orçamento. E as audiências públicas têm se aperfeiçoado através dos anos.

Depois, outra medida importante foi a criação da Escola do Legislativo, porque a instituição precisa se preparar adequadamente para responder às necessidades de uma Casa de leis que precisa ter um processo legislativo fecundo, rico, ágil, correto e transparente. E a Escola do Legislativo também se projetou. Seus cursos visam a preparar os nossos servidores, com base nos princípios do mérito e da capacidade. E os nossos servidores realmente se projetam pela qualidade do seu serviço, por sua capacidade e sua dedicação. E não é sem razão que a nossa Assembléia de Minas, especialmente, tem servido de modelo para as demais Assembléias Legislativas do País. Essas medidas foram se repetindo, com os noticiários feitos pela televisão, os informativos...

O Deputado Wilson Pires (Em aparte) - Meu caro e ilustre Deputado Simão Pedro Toledo, quero me desculpar por entrar no discurso de V. Exa., mas justifico minha atitude por dois motivos. Primeiramente, pela nossa amizade, e para justificar o trabalho que desenvolvi para a candidatura de Kemil Kumaira na disputa com V. Exa., mas V. Exa. conhecia meu ponto de vista, sabe que sempre respeitei-o como cidadão de bem, como parlamentar da melhor estirpe, como um companheiro que aqui, junto conosco, exercitou a verdadeira e legítima democracia neste Estado e neste parlamento.

Gostaria de dizer a V. Exa. que estou satisfeito pelo fato de que V. Exa. irá continuar o seu trabalho, iniciado nesta Assembléia desde quando entramos juntos no ano de 1990. O Tribunal de Contas do Estado, vai precisar muito da ação de V. Exa., principalmente na descentralização para a fiscalização das Prefeituras do interior de Minas Gerais. O Tribunal de Contas necessitará, também, de outros conhecimentos de que, eu sei, V. Exa. é possuidor. Tenho certeza absoluta de que ganha não só a Assembléia de Minas Gerais, ganha não só o parlamento de Minas Gerais, mas ganham Minas Gerais, de um modo geral, e o Brasil, por haver pessoa de tão boa formação ocupando o Tribunal de Contas do nosso Estado.

Em segundo lugar, preciso estar presente numa comissão que tratará de assunto relativo ao Hospital das Clínicas de Minas Gerais, e já se encontram em nossos recintos o Diretor do Hospital e o Secretário Adjunto de Saúde do nosso Estado. Não poderia deixar de saudá-lo, apesar de ser modesta a minha contribuição dentro dessa peça oratória de V. Exa. Solicito que fique consignada nos anais da Casa a admiração não só deste parlamentar, mas a admiração de toda Minas Gerais a V. Exa.

O Deputado Simão Pedro Toledo. Agradeço ao nobre Deputado Wilson Pires as palavras proferidas. Quero dizer que, com S. Exa., aportamos a esta Casa juntos em 1990 e sempre mantivemos um relacionamento do maior respeito, da maior estima e consideração.

O Deputado Kemil Kumaira (Em aparte)* - Nobre Deputado, gostaria de ter sido o primeiro a apresentar minha manifestação em face do seu pronunciamento, para dizer exatamente aquilo que toda a Assembléia pensa em relação à escolha democrática que foi feita, totalmente voltada para os interesses maiores do Poder Legislativo, que se faz representar no Tribunal de Contas por um de seus membros. A Assembléia, na sua grande sabedoria, soube escolhê-lo, naquela disputa memorável, em que tivemos a oportunidade de ser momentaneamente, circunstancialmente, o contendor de V. Exa., num confronto pautado pela ética, que, evidentemente, foi conduzido de forma exemplar para que esta Casa pudesse sentir de perto o quanto os colegas se respeitam. Num momento como esse, evidentemente, esta Assembléia se engrandece.

Gostaria de ter sido o primeiro, mas a afoiteza do Deputado Wilson Pires, que, sendo meu conterrâneo de Teófilo Otônio, deve ter achado que talvez eu viesse aqui me manifestar de alma lavada, totalmente desvincilhado de qualquer sentimento menor e, muito mais, para dizer a V. Exa. que desejo que tenha pleno êxito na sua nova missão pública, de ajudar o Tribunal de Contas deste Estado a analisar as contas do poder público.

Com relação a V. Exa., evidentemente dizer neste Plenário sobre as suas qualidades seria um grave erro, talvez um pleonismo, pelo exercício magnânimo que V. Exa. exerceu no parlamento mineiro. Não lembramos só a figura do grande professor universitário, do jurista, mas sobretudo do grande colega, do homem respeitado por todos os seus companheiros e, também, pelo trabalho efetuado junto às comissões técnicas da Casa, sempre presente, dando o seu apoio, relatando projetos e fazendo com que a sua inteligência fosse colocada em favor do engrandecimento do nosso Poder.

Quero, por isso mesmo, dizer a V. Exa. que, quando nos defrontamos, sabia que teria pela frente um homem de grande envergadura moral. Em momento algum poderia denegrir a

minha auto-análise quanto a qualquer desmerecimento de ordem pessoal. Pelo contrário, senti-me o tempo todo engrandecido pelo fato de ter oportunidade de participar de uma disputa com um homem da envergadura moral de V. Exa. Desejo-lhe todo o êxito. Está de parabéns a Assembléia, e que o Tribunal de Contas saiba lhe respeitar como a Assembléia de Minas o fez quando aqui esteve. Muito obrigado.

O Deputado Ajalmar Silva (Em aparte) - Só para complementar as palavras já ditas pelos companheiros Kemil Kumaira e Wilson Pires, queria dizer da nossa alegria em tê-lo no Tribunal de Contas, embora estejamos tristes por perder sua presença nesta Casa.

V. Exa. tem sido um companheiro à altura desta Casa. Tem trabalhado incansavelmente, principalmente nas comissões, e vai deixar uma marca muito grande entre todos os seus colegas, principalmente na história da Assembléia.

Não poderia deixar de lhe desejar sucesso em sua nova missão, em meu nome e no de todos os companheiros do PSDB. Desejamos-lhe sucesso no Tribunal de Contas, o mesmo que V. Exa. teve nesta Casa, as mesmas dignidade, competência e lisura, o mesmo caráter empreendedor e sério que V. Exa. dedicou às causas da Assembléia Legislativa.

Tenho certeza de que todos os seus eleitores estão, hoje, satisfeitos em saber que o seu representante galga uma escada maior, a do Tribunal de Contas, onde pessoas sérias estarão para defender os interesses dos nossos municípios e da Assembléia Legislativa.

Quero desejar sucesso ao nosso companheiro. Muito obrigado.

O Deputado Simão Pedro Toledo - Agradeço as palavras generosas e, bem sei, sinceras do nobre Deputado Kemil Kumaira, que, com a honradez, com a legibilidade com que esta Casa sempre o viu, realmente tocou a minha sensibilidade com as palavras dirigidas a minha modesta pessoa. Quero dizer, ainda a esse respeito, que, na disputa pelo Tribunal de Contas, Minas Gerais serviu de exemplo para todos, porque foi uma disputa de altíssimo nível, durante a qual nós, os contendores, nos saudávamos com o maior respeito e o maior acatamento. Reconheço o Deputado Kemil Kumaira como uma das maiores reservas morais desta Casa, com uma extraordinária folha de serviços prestados a Minas e ao Brasil. Agradeço ainda as palavras do nobre Líder Deputado Ajalmar Silva, com quem também iniciei os trabalhos parlamentares nesta Casa, meu companheiro de Partido que, generosamente, se referiu a minha pessoa formulando votos de felicidades no Tribunal de Contas. Agradeço profundamente ao nobre Líder Ajalmar Silva.

O Deputado Gilmar Machado (Em aparte) - Sr. Deputado, em nome da Bancada do PT, como Vice-Líder, pois o nosso Líder está em comissão neste momento, gostaríamos de também desejar a V. Exa. - e como V. Exa. bem colocou, essa disputa fez com que esta Casa, de fato, tivesse a oportunidade de ver duas lideranças políticas que têm uma folha de serviços enorme prestadas ao povo de Minas Gerais e ao mesmo tempo engradece em muito o Poder Legislativo - felicidades no Tribunal de Contas. Temos diferenças políticas, mas reconhecemos o valor dos dois ilustres Deputados. Não poderíamos deixar de expressar, em nome da Bancada do PT, os nossos votos de que V. Exa. leve de fato para o Tribunal de Contas sua capacidade de diálogo, sua seriedade no trabalho, e, ao mesmo tempo, que possa fazer com que realmente o Tribunal tenha uma cara mais aberta e tenha um diálogo cada vez maior com a comunidade, já que ele trabalha com os municípios. Isso é fundamental. Acho que a vitória que V. Exa. teve nesta Casa é também uma demonstração, e o reconhecimento da liderança do Deputado Kemil Kumaira é fundamental para que o Poder Legislativo, por meio do processo democrático, debata as idéias, mas sempre respeitando a pessoa acima de tudo. Dentro desse espírito, queremos saudá-lo, parabenizá-lo e desejar-lhe sucesso nessa nova empreitada que V. Exa. inicia agora. Muito obrigado.

O Deputado Simão Pedro Toledo - Agradeço as palavras do nobre Deputado Gilmar Machado, interpretando o pensamento da Oposição nesta Casa. Eu as recebo com muita alegria e emoção e como incentivo para que possa no Tribunal de Contas desempenhar a missão que me espera e que procurarei fazer com a maior responsabilidade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero nessas palavras finais levar uma palavra de agradecimento. Agradecimento à Presidência desta Casa. Coincidentemente, quando assumíamos o Parlamento Mineiro, V. Exa., Deputado Romeu Queiroz, era o Presidente - e quis Deus que na minha despedida fosse V. Exa. o Presidente ainda -, fato realmente inédito na história política de Minas Gerais. Isso só vem atestar o valor e o significado do trabalho que V. Exa. desempenha nesta Casa e na política mineira. Sabemos que V. Exa., pelo seu passado e pelos trabalhos já realizados em favor do nosso povo e de nossa gente, nesta entressafra de políticos que existe atualmente no Brasil e em Minas Gerais, surge como uma esperança luminosa que poderá e deverá, no futuro, ser chamado a ocupar outros cargos importantes no glorioso Estado de Minas Gerais. Cumprimento V. Exa. e todos os demais membros da Mesa, aos quais eu saúdo com os protestos de meu reconhecimento e minha gratidão.

Saúdo o corpo de servidores desta Casa. Como disse há poucos momentos, o corpo de servidores desta Casa enobrece este parlamento, enobrece o Estado de Minas Gerais e serve de exemplo para o Brasil, dada a qualidade de seus serviços, dada a honradez dos seus membros. Quero saudar a todos os servidores desta Casa, do mais humilde ao mais alto na hierarquia administrativa, com os meus penhorados agradecimentos pelas atenções com que me cumularam durante esses seis anos e meio de mandato.

Quero saudar, mais uma vez, a todos os Deputados. Parto daqui para exercer novas funções e tenho a convicção de que estes Deputados, que são idealistas, abnegados e dedicados, continuarão realmente cumprindo esse papel tão importante, que é o de legislar para o nosso Estado. São pessoas honradas, dignas, decentes, que têm uma assinalada folha de serviços, que todo o Estado proclama e reconhece.

Finalmente, nestas últimas palavras de despedida, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero me recordar de um fato acontecido em Portugal, há muitos anos, e que foi registrado pela história. Um poeta brasileiro havia sido exilado, fora para Portugal e lá ficara durante muitos anos. Vivendo e convivendo com aquele povo generoso, aprendeu a amar aquela gente. No entanto, através de uma anistia do Governo brasileiro, aquele poeta brasileiro pôde voltar para o Brasil. No cais do porto, quando se despedia de seus contemporâneos, amigos de tantos anos, ele disse as seguintes palavras: "Meus amigos portugueses, durante esses anos de convivência aprendi a amá-los, admirá-los, e existem raízes que nos unem para toda a vida. Não sei o que devo dizer, se devo deixar o meu coração em Portugal ou levar Portugal no meu coração".

Peço vênia para inspirar-me nesse poeta brasileiro. Vou partir para uma nova missão, deixo esta Casa, estou triste, estou saudosos e não sei o que devo fazer, Sr. Presidente, se deixo o meu coração nesta Assembléia ou se levo a Assembléia no meu coração. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/5/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.160 e 1.211, de 1995, 1.334, de 1996, e 1.446, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Elmo Braz

nomeando Eliane Aparecida Teixeira Lima Reis para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Ermano Batista

exonerando Alexandre Rodrigues Vieira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando Maria D'Assunção Rodrigues Arce do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Alexandre Rodrigues Vieira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Einer de Oliveira Andrade para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado José Bonifácio

nomeando Elizete Alves para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Sebastião Navarro Vieira

exonerando, a partir de 1º/5/97, Daniela Fernanda Bonvino Romero do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Cristina Coeli Drumond de Vasconcelos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Ana Paula Carneiro Cota do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Antônio Andrade, Vice-Líder do PMDB;

nomeando Edson Wander Rodrigues Amaral para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Antônio Andrade, Vice-Líder do PMDB.

aviso de licitação

Dispensa de Licitação nº 10/97

Em 16/5/97, o Sr. Presidente autorizou, com base no art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 1993, a contratação de serviços de proteção a equipamentos de informática junto à Clamper Indústria e Comércio Ltda.

TERMO DE CONTRATO

Termo Aditivo

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto: coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Asembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 00041 - Valor: R\$19.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Pai Pedro - Pai Pedro.

Deputado: Dimas Rodrigues.

Convênio Nº 00047 - Valor: R\$4.680,00.

Entidade: Associação Benfeitora Carmem Guimaraes - Mendes Pimentel.

Deputado: Djalma Diniz.

Convênio Nº 00048 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associação Deficientes Monte Carmelo - Monte Carmelo.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 00049 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associação Comun. União Formiga - Formiga.

Deputado: Marcelo Goncalves.

Convênio Nº 00050 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associação Pais Amigos Excepcionais - Boa Esperança - Boa Esperança.

Deputado: Dilzon Melo.

Convênio Nº 00053 - Valor: R\$6.500,00.

Entidade: Associação Moradores Vila Esporte Clube - Belo Horizonte.

Deputado: Arnaldo Canarinho.